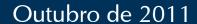
Policy Brief

Desenvolvimento Desigual e Mudanças Estruturais na Economia Mundial: a evolução da participação dos BRICS no PIB global, de 1900 a 2008



Núcleo de Sistemas de Inovação e Governança do Desenvolvimento BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS







Policy Brief

Desenvolvimento Desigual e Mudanças Estruturais na Economia Mundial: a evolução da participação dos BRICS no PIB global, de 1900 a 2008



Outubro de 2011

Núcleo de Sistemas de Inovação e Governança do Desenvolvimento BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS







Luis Fernandes Ana Saggioro Garcia Gabrielle França Marina Caresia

Desenvolvimento Desigual e Mudanças Estruturais na Economia Mundial: aevolução da participação dos BRICS no PIB global, de 1900 a 2008

Sumário:

Este Policy Brief examina a evolução da participação dos países BRICS no PIB global medido em Poder Paritário de Compra (PPC), de 1900 até 2008, ano em que foi deflagrada a atual crise econômico-financeira mundial. Essa evolução é analisada pelo ângulo do conceito clássico de "desenvolvimento desigual" conforme postulado por Robert Gilpin, que abarca os efeitos opostos de concentração e difusão de capital, atividades industriais e riqueza no sistema. Estes efeitos resultam na hierarquização entre o centro e a periferia, e também na criação de novos pólos de poder econômico dentro da própria periferia, como são hoje os BRICS. Destaca--se a relevância da adoção de política públicas promotoras do desenvolvimento para operar mudanças estruturais na economia global, e a necessidade de incorporar variadas dimensões de sustentabilidade a essas políticas.

Introdução

Este Policy Brief examina a evolução da participação dos países BRICS no PIB mundial ao longo do último século, identificando os períodos mais significativos de mudança estrutural na economia global e o papel relativo desses países no processo. Ao final, são inferidas algumas conclusões gerais para as políticas de desenvolvimento dos novos pólos emergentes no sistema internacional.

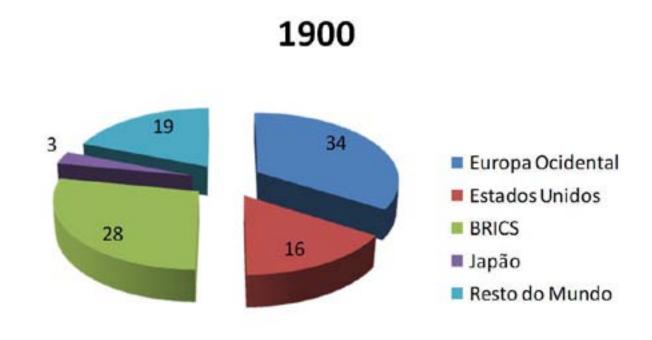
Ao examinar a participação dos países BRICS no PIB mundial, optamos por adotar o critério de Poder Paritário de Compra (PPC). Este critério calcula o PIB em termos da quantidade de bens ou serviços que uma unidade de moeda nacional pode pagar, anulando os efeitos de distorções/flutuações cambiais e tornando mais precisa a comparação do valor dos PIBs nacionais. As figuras que compõem este Policy Brief baseiam-se em dados compilados pelo ex--chefe do Departamento de Desenvolvimento Econômico da OCDE e pioneiro da historiografia macroeconômica, Angus Maddison, sobre a evolução do PIB mundial calculado em PPC (Maddison, 2011). Selecionamos quatro recortes temporais nestes dados, refletindo mudanças estruturais na economia mundial: 1900, 1950, 1980 e 2008 (sendo este o último ano com dados compilados pelo próprio Angus Maddison, antes do seu falecimento). Em cada ano selecionado, identificamos a participação relativa dos países BRICS no PIB mundial comparada a outras regiões e países, para em seguida examinar o peso de cada país no âmbito do próprio conjunto BRICS.

Como pode ser visto no Gráfico 1, a Europa Oci-

dental ainda concentrava a maior parte do PIB/PPC mundial em 1900, com 34%. Os países que compõem hoje os BRICS reuniam 28%, seguidos dos EUA com 16%. Este recorte abarca o período final do Império Russo e da antiga China imperial. O Gráfico 2 mostra que a participação da China no PIB dos BRICS nesse mesmo ano era de 39%, seguida da Índia com 31%, e da área que viria a compor em seguida a União Sovié-

O Gráfico 3 retrata a mudança estrutural na economia mundial pós-Segunda Guerra, com a consolidação dos EUA como principal economia do planeta, correspondendo a 28% do PIB global em 1950. A participação da Europa Ocidental caiu para 26% após as duas grandes guerras, e os países BRICS viram sua parcela no PIB mundial diminuir para 21%. No âmbito destes, destaca-se a ascensão da União Sovié-

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO NO PIB MUNDIAL - PPC (em %)

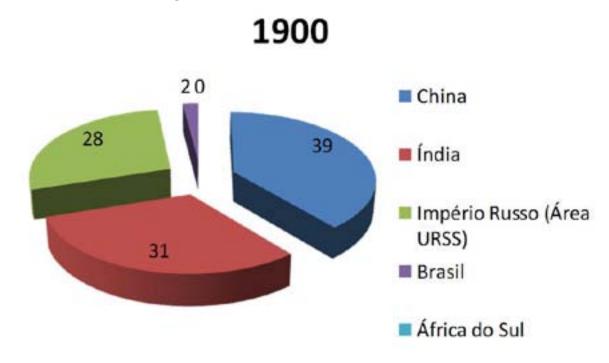


Fonte: Angus Madison, Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP

tica - correspondendo parcialmente ao Império Russo - com 28%. O Brasil tinha uma participação relativa de 2% no PIB do grupo. Os dados para a África do Sul para esse ano não estão disponíveis. Para referência, vale registrar que, em 1913, o seu PIB equivalia a cerca de metade do brasileiro.

tica, que ultrapassa a China e a Índia e passa a representar 47% do PIB dos BRICS, contra 22% e 20%, respectivamente. Já o Brasil e a África do Sul ampliam sua participação no PIB do grupo para 8% e 3% cada.

GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO NO PIB DOS BRICS - PPC (em %)



Fonte: Angus Madison, Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP

GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO NO PIB MUNDIAL - PPC (em %)



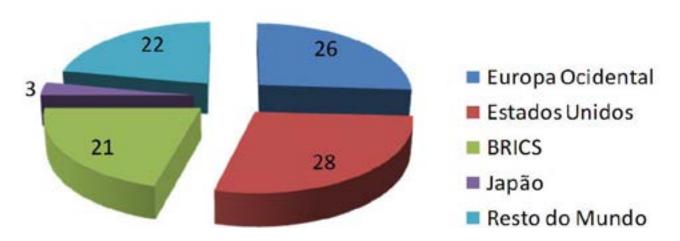
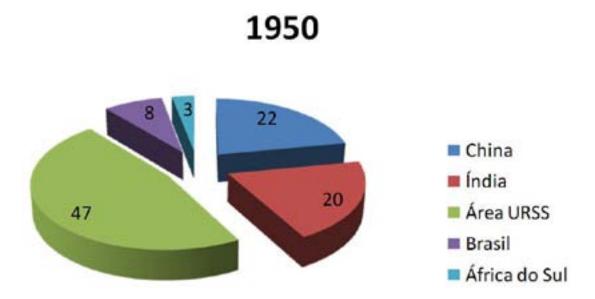


GRÁFICO 4 - PARTICIPAÇÃO NO PIB DOS BRICS - PPC (em %)

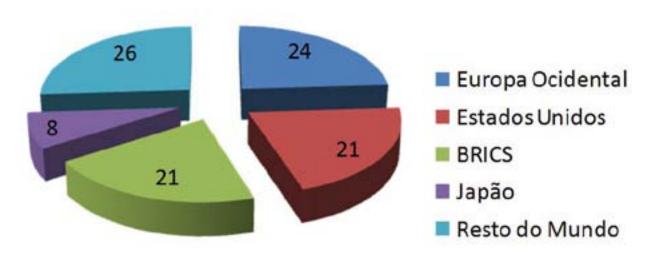


Fonte: Angus Madison, Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP

Após os anos de reconstrução da Europa e do Japão, no período dos choques do petróleo e pós-crise financeira dos anos 70, podemos observar um novo movimento de difusão e distribuição territorial dos pólos dinâmicos da economia mundial. Como pode ser visto no Gráfico 5, a participação do Japão no PIB mundial passou de 3% em 1950 para 8% em 1980. Já a dos EUA caiu para 21%. A participação relativa da Europa Ocidental também caiu, mas ficou à frente dos Estados Unidos com 24%. Já os países BRICS mantiveram o percentual de 21%, mas com alterações nas posições relativas dos distintos países (Gráfico 6). A participação da antiga União Soviética no PIB do grupo recuou para 41%, mas manteve-se em primeiro lugar. A China ampliou sua participação para 25%. No marco do chamado "milagre econômico", o Brasil alcançou em 1980 seu melhor desempenho relativo entre os BRICS na série histórica examinada, chegando a 16% do PIB do grupo, ultrapassando a Índia (15%). A África do Sul manteve-se no patamar de 3%.

GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO NO PIB MUNDIAL - PPC (em %)

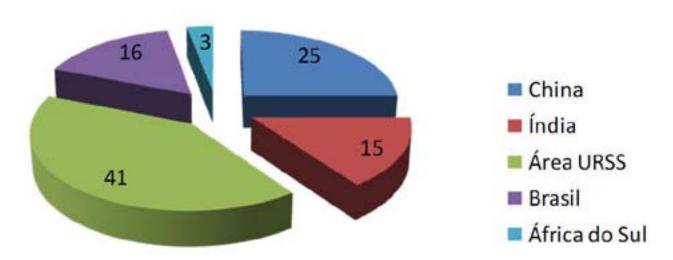
1980



Fonte: Angus Madison, Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP

GRÁFICO 6 - PARTICIPAÇÃO NO PIB DOS BRICS - PPC (em %)

1980



BRICS POLICY CENTER - POLICY BRIEF

Desenvolvimento Desigual e Mudanças Estruturais na Economia Mundial: a evolução da participação dos BRICS no PIB global, de 1900 a 2008

Ao final da primeira década do Século 21, quase vinte anos depois do fim da Guerra Fria, a configuração territorial dos pólos de produção de riqueza no mundo já é bastante diferente. Em 2008 ano de início da crise financeira mundial os países BRICS juntos (considerando a Rússia, sem a área da antiga URSS) já representavam 29,5% do PIB mundial, frente a 18,5% dos EUA, 17% da Europa Ocidental e 5,5% do Japão (Gráfico 7). Para efeito de comparação, se somarmos ao cômputo dos BRICS os PIBs dos países que integravam anteriormente a União Soviética, sua participação alcança 31,5% do total mundial (Gráfico 8). O destaque inconteste deste de-

sempenho é o da China. Como pode ser visto no Gráfico 9, sob o impacto do processo de reformas deflagrado em 1979 com o Programa das Quatro Modernizações, sua participação no PIB combinado dos países BRICS saltou de 25 para 59% em 2008. A Índia alcançou 23%. Já a Rússia e o Brasil viram sua participação relativa no PIB do grupo recuar para 8%, ambos, e a África do Sul para 2%. Juntos, a China e a Índia passaram a ser responsáveis por 82% do PIB combinado dos BRICS, dobrando a sua participação relativa comparado a 1980.

GRÁFICO 7 - PARTICIPAÇÃO NO PIB MUNDIAL - PPC (em %)

2008

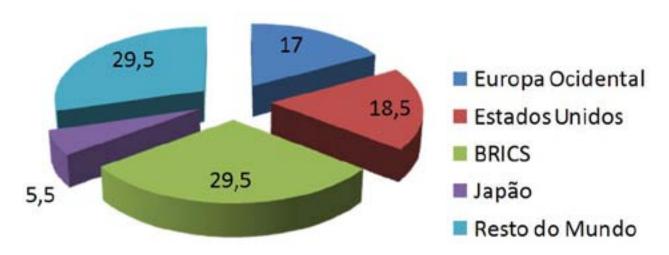
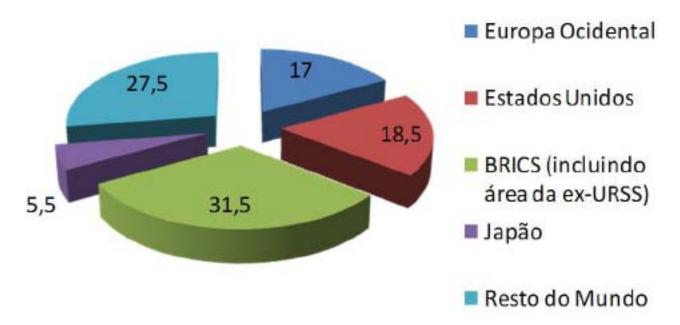
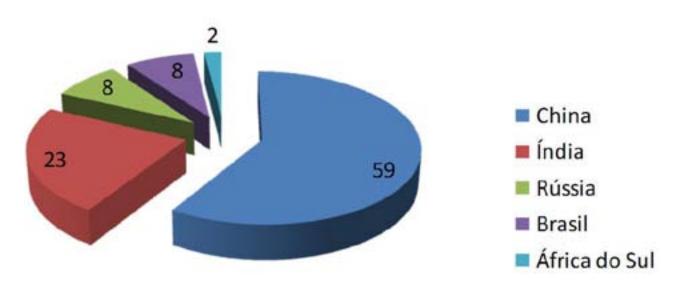


GRÁFICO 8 - PARTICIPAÇÃO NO PIB MUNDIAL – PPC* (em %) ${\color{red}2008}$



Fonte: Angus Madison, Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP

GRÁFICO 9 - PARTICIPAÇÃO NO PIB DOS BRICS – PPC (em %) 2008



Desenvolvimento desigual e mudança estrutural

Os dados reproduzidos acima ilustram sucessivas reconfigurações territoriais dos pólos dinâmicos da economia mundial ao longo do último século, com a erosão do dinamismo econômico das economias centrais e a ascensão de pólos de crescimento mais acelerado em áreas da chamada "periferia" do sistema. Segundo a abordagem clássica de Robert Gilpin (1987), isto alimentaria processos de "mudança estrutural" na economia política das relações internacionais. Gilpin definiu a noção de "mudança estrutural" como a alteração das instituições e das relações fundamentais, sejam elas instituições sociais, distribuição dos direitos de propriedade, divisão do trabalho e alocação das atividades econômicas, organização de mercados particulares, assim como normas e regimes que governam as relações econômicas (p. 81). Como adepto da teoria da estabilidade hegemônica, para ele a ausência de um poder dominante torna a cooperação econômica internacional extremamente difícil de ser sustentada, e o conflito se torna a regra. Nesse sentido, o declínio gradual da hegemonia de uma potência faz crescer a tendência ao colapso ou fragmentação do sistema (p. 88)

Estruturas históricas aqueles aspectos relativamente estáveis da economia mundial, como a divisão internacional do trabalho, o sistema monetário e financeiro, regras e regimes, etc., geralmente criadas como resultado de uma grande guerra hegemônica tendem a refletir os interesses das economias dominantes. Apesar disso, as sucessivas estruturas políticas e econômicas também dão oportunidades de

crescimento e expansão de outras economias (p. 93).

Paradoxalmente, a desigualdade de poder no sistema é a própria fonte de onde surgem os mecanismos de mudança estrutural. Como podemos compreender esse movimento e, dentro dele, a ascensão econômica dos BRICS? Um conceito-chave recuperado por Gilpin para compreender esse tipo de transição na economia política global é o desenvolvimento desigual.

Segundo esta visão, toda economia é uma estrutura hierárquica composta por um centro (ou alguns centros) dominante(s) e uma periferia dependente. O desenvolvimento desigual é fruto de dois processos opostos: de um lado, há o efeito de polarização do capital, da indústria e das atividades econômicas no centro; de outro, há a tendência a um efeito de difusão dessas atividades e da riqueza do centro para a periferia, criando novos pontos nodais no sistema. Para Gilpin, na esfera internacional, esses processos de concentração e difusão têm implicações políticas profundas (p. 94).

A vantagem inicial do centro sobre a periferia é sua superioridade técnica e organizacional. A inovação e capacidade da indústria geram mais eficiência, maior lucro e acumulação de capital, levando a um rápido crescimento do centro. No curto prazo, o efeito de polarização do centro tende a predominar sobre os efeitos de difusão para a periferia. Entretanto, ao longo do tempo, a taxa de crescimento do centro tende a desacelerar e a locação de atividades econômicas tende a ser difundida para novos pólos de crescimento na periferia. Nesse processo de difusão, a periferia goza do que Alexander Gerschenkron (1962) chamou de "vantagens do

atraso", ou seja, alguns países iniciam sua industrialização utilizando as técnicas mais atuais e eficientes, assim como as lições aprendidas pelas economias avançadas. Consequentemente, novos centros industriais se formam na periferia, podendo chegar a substituir velhos centros por novos pólos de crescimento no sistema (p. 95).

Notoriamente, a difusão e o processo de crescimento da periferia não se dá de forma fluida e igual para todos. A distribuição de matérias primas, as capacidades empreendedoras, as redes de comunicação, assim como políticas governamentais, favorecem algumas áreas, regiões ou países sobre outros. As nações se desenvolvem em tempos e ritmos diferentes, a difusão desigual acaba gerando novas formas de concentração de poder e riqueza, gerando novas divisões dentro da periferia. Essas áreas ou países se diferenciam dos demais, tornando-se novos pólos de crescimento com capacidades próprias, podendo tornar-se um centro para um novo ciclo de difusão de crescimento econômico, gerando um novo efeito de polarização.

Podemos observar que a evolução dos países que hoje compõem a sigla BRICS expressa esse processo de desenvolvimento desigual. Eles gozaram de certas "vantagens do atraso", e puderam absorver a difusão de atividades industriais e tecnológicas com capacidade política e econômica diferenciada dos demais, considerando naturalmente suas especificidades culturais e históricas. Ao mesmo tempo, constrangimentos estruturais dificultam esse processo.

Além do desenvolvimento desigual entre países, Gilpin aponta para o crescimento desigual entre setores. Inovações tecnológicas, novos produtos, processos industriais mais eficientes e novas formas de transporte e comunicação geraram, historicamente, oportunidades para investimento e expansão econômica, sendo poderosos estímulos para setores da economia. Com o tempo, a expansão de certos setores pode desacelerar, causando um declínio do retorno marginal de investimento, sendo então substituídos por novos setores em expansão (p. 98). Desse modo, indicadores importantes para identificar os determinantes da ascensão dos BRICS são aqueles referentes a setores com capacidade de inovação tecnológica e produção de conhecimento.

A produção e detenção de conhecimento e tecnologia são impulsores do desenvolvimento desigual entre centro e periferia, e dentro da própria periferia. Quando o efeito de polarização começa a dar lugar ao de difusão, gerando maior pressão competitiva nos países centrais, esses tendem a fazer uso de medidas protecionistas para desacelerar ou mesmo deter a ascensão de novos pólos de riqueza. De acordo com Gilpin, o liberalismo cede lugar ao nacionalismo e ao protecionismo no sistema internacional (p. 97). De fato, o protecionismo comercial dos EUA e Europa na Organização Mundial do Comércio, assim como seu sistema de proteção ao direito de propriedade intelectual são exemplares disso. Por sua vez, o nacionalismo econômico na periferia emerge como proteção contra forças de mercado, refletindo seu objetivo de transformar a divisão internacional do trabalho por intermédio da industrialização (ou, mais contemporaneamente, através da inovação).

Por fim, um último aspecto relevante na análise de Gilpin é a existência de uma autorida-

de política centralizada como condição necessária para que o efeito de difusão na periferia possa ocorrer na forma desejada. É necessário um esforço político para desenvolver indústrias viáveis, e um Estado forte que possa se equiparar e compensar as forças de mercado que tendem a concentrar riqueza, atividades econômicas e poder no centro (p. 96).

O papel do Estado chinês na organização do mercado doméstico interligado ao mercado externo é um importante exemplo da condução política da difusão de atividades industriais, tecnológicas e da riqueza, de modo a direcionar um modelo de desenvolvimento adotado pelo país. Em Adam Smith em Pequim, Giovanni Arrighi (2008) aponta precisamente para a atuação fundamental do Estado chinês como a "mão" que guia o mercado. Essa condução política pode também gerar novas concentrações e polarizações entre regiões, e dentro da própria sociedade chinesa.

Para Gilpin, esses processos de crescimento setorial desigual e mudança estrutural são, ao longo da história, fruto de intenso conflito por recursos e mercados. O desenvolvimento econômico desigual corresponde à estrutura desigual de poder no sistema: períodos de extraordinário crescimento coincidiram com a hegemonia britânica e estadunidense, enquanto que períodos de desaceleração foram os de declínio gradual dessas hegemonias. Os efeitos de difusão não eliminam, portanto, os de polarização. Esses dois efeitos correspondem a diferentes ciclos econômicos em um dado período histórico (pp. 103-4).

Conclusão:

Os dados e reflexões apresentados neste Policy Brief sobre o desenvolvimento desigual e as mudanças estruturais na economia global no último século indicam que os países não estão condenados a reproduzir e aprofundar as assimetrias entre o centro e as periferias sistêmicas na sua evolução. Há espaço para efetivas políticas públicas promotoras do desenvolvimento, sobretudo as que aproveitam as "vantagens do atraso" para estruturar sistemas nacionais de inovação que estimulem o rápido desenvolvimento científico e tecnológico e a produção de conhecimento capaz de alavancar cadeias de agregação de valor. A experiência recente dos países BRICS a despeito da sua heterogeneidade é exemplar disto, assim como ocorrera com o Japão, a Alemanha e os Estados Unidos em períodos anteriores de mudança estrutural na economia mundial.

O panorama histórico traçado nos alerta, igualmente, para o fato de alguns pólos emergentes não terem conseguido sustentar seu maior dinamismo econômico por período mais prolongado, como ocorreu com o Brasil na següência da crise da dívida dos anos 1980 e ocorre atualmente no Japão, em recessão prolongada desde a crise asiática no final dos anos 1990. Isto aponta para a necessidade de incorporar o pilar da sustentabilidade às políticas públicas promotoras do desenvolvimento nacional e/ou regional, tanto na sua dimensão econômica quanto social e ambiental. Na dimensão econômica, a sustentabilidade refere--se à necessidade de manutenção de taxas apropriadas de poupança e investimento - além de políticas públicas integradas e consistentes de

promoção do desenvolvimento e da inovação - para evitar surtos de crescimento erráticos e insustentáveis (os chamados "vôos de galinha"). Na dimensão social, ela remete à implementação de políticas redistributivas e de redução da pobreza que fortaleçam a demanda efetiva dos seus mercados domésticos. Ambas dimensões tem relação direta com a consolidação de novos pólos emergentes na economia global. Já na dimensão ambiental, essa relação é um pouco mais distantes, e remete à necessidade de preservação dos recursos naturais que alimentam o seu próprio processo de desenvolvimento.

Diante da transição estrutural em curso na economia global, em que medida os EUA estão perdendo poder na ordem mundial? Em que medida a China, juntamente com outros pólos emergentes, está desafiando a posição dominante dos EUA e da Europa, indicando um novo centro de poder no futuro? Estes questionamentos se tornaram senso comum nos debates no final da primeira década do século XXI, especialmente a partir da crise econômica mundial, iniciada em 2008 nos países centrais. O declínio econômico das atuais potências acentuou a noção de que estamos em meio um processo de mudança. Em grande medida, as análises sobre os países BRICS se situam em dois pólos opostos. De um lado, aqueles que falam desde o centro de poder hegemônico, os EUA, buscam formas de integração dos países emergentes nas instâncias de decisão internacional de modo a dividir o peso e a responsabilidade de saída da crise econômica mundial, mas sem alterar as regras, normas e valores existentes. Busca-se, assim, a manutenção do próprio poder americano, reformando as estruturas de

governança global, porém mantendo a ordem liberal ocidental que os EUA criaram e defenderam nas últimas décadas (Patrick 2010). Do lado oposto, vozes mais otimistas percebem a crise como "catálise" de mudanças das relações hierárquicas de poder e possibilidade de reforma das instituições internacionais. O G20 teria se tornado o fórum central de coordenação entre os principais países (e não mais o G8), no qual os emergentes buscam acertar uma estratégia de mudança por meio de uma ação diplomática mais direta, advogando por reformas na arquitetura global. O resultado esperado seria uma difusão do poder e da influência internacional, que pode levar a uma ordem mais diversificada (Chin 2010).

Buscando refletir entre esses dois pólos, cabe-nos aqui encontrar ferramentas que ajudem na compreensão mais aprofundada dos mecanismos de mudança na ordem mundial. Quais são os determinantes de um desenvolvimento diferenciado dos países dos BRICS frente aos demais países periféricos e às potências tradicionais? O que tem determinado um desenvolvimento econômico tão heterogêneo entre os próprios integrantes do grupo? O seu ritmo de desenvolvimento mais intenso é sustentável? Quais são os seus entraves? Qual é o impacto da sua ascensão para a governança econômica global? A agenda de pesquisa do Núcleo de Sistemas de Inovação e Governança do Desenvolvimento do BRICS Policy Center pretende ajudar desvendar essas questões.

BRICS POLICY CENTER - POLICY BRIEF

Desenvolvimento Desigual e Mudanças Estruturais na Economia Mundial: a evolução da participação dos BRICS no PIB global, de 1900 a 2008

Referências:

Arrighi, Giovanni: Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo, Editora Boitempo, 2008.

Chin, Gregory: "The emerging countries and China in the G20: reshaping global economic governance". Studia Diplomatica, Vol. LXIII, nr. 2-3, 2010.

Gerschenkron, Alexander: Economic Backwardness in Historical Perspective, Cambridge, Belknap, 1962.

Gilpin, Robert: The Political Economy of International Relations. Princeton, Princeton University Press, 1987.

Maddison, Angus: Statistics on World Population, GDP and Per Capita GDP, 1 2008 AD (disponível em http://www.ggdc.net/MADDISON/oriindex.htm)

Patrick, Stewart: "Irresponsable stakeholders? The difficulty of integrating rising powers". Foreign Affairs, November/December, 2010.